

Indústria brasileira: mudar ou mudar

Horácio Lafer Piva, Pedro Passos e Pedro Wongtschowski

Folha de S. Paulo, 7.08.2021

Se antes fazia sentido patrocinar políticas de cunho protecionista, mantê-las é prejudicial do ponto de vista da sociedade e das próprias empresas

Após uma presidência ininterrupta de 17 anos, a [recente troca de comando da Fiesp](#) (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) nos convida a refletir sobre a representação da indústria, outrora detentora de grande prestígio e influência, principalmente na segunda metade do século 20.

Com justa razão estas entidades foram importantes protagonistas na construção de uma indústria forte e diversificada, colaborando ativamente na criação de uma sociedade urbana e moderna, diante de uma história de carências, como a desigualdade e o baixo nível educacional da população. Ainda assim, cumpriram um papel relevante e apontaram um caminho de oportunidades.

[Seus representantes](#) frequentemente eram ouvidos sobre as principais ações em análise pelos governos e, por sentirem sempre o pulso do segmento manufatureiro, eram tidos como líderes em nível nacional.

Hoje a situação é bem outra: a perda de influência de seus representantes, com consequências nefastas para o setor e para o país, é fruto, em primeiro lugar, da ausência de evolução de um sistema de governança, concebido no Estado Novo, fato que permitiu seu uso político além de dificultar a renovação das lideranças, por admitir incontáveis prorrogações de mandatos.

As divergências internas causadas por complexos interesses setoriais têm feito com que sua voz seja o mínimo denominador comum de um conjunto de demandas que passam longe de uma proposta abrangente para o desenvolvimento do país.

A situação é tão grave que muitos dos tradicionais associados se perguntam sobre a razão de suas existências e de suas utilidades, enquanto muitas das grandes empresas e a quase totalidade das mais inovadoras, de qualquer tamanho, não encontram abrigo em

várias das casas organizadas para [defender os interesses dos incumbentes](#), criando, em consequência, seus canais próprios de reflexão e interlocução.

A dificuldade de assumir prioridades em linha com as mudanças do cenário mundial, criou um sistema retrógrado que deu guarida a erros de política econômica, permanecendo inerte diante do fim do ciclo de substituição de importações, desconsiderando a globalização, a revolução tecnológica e a agenda ambiental, muito bem exemplificado, nesse último caso, pelo apoio a retrocessos do marco regulatório ambiental, levados a cabo pelo atual governo, em uma clara miopia com o que importa ao país e ao mundo. A indústria brasileira tem ficado de costas para a integração mundial, ao contrário daquelas de economias emergentes que conseguiram superar o desafio da renda média. [x]

Se fazia sentido patrocinar políticas defensivas e de [cunho protecionista](#) em uma época em que a maioria dos países adotava a mesma doutrina, mantê-las até os dias de hoje é não apenas inútil, como prejudicial do ponto de vista da sociedade e das próprias empresas.

Sob o pretexto de preservar empregos e evitar o fechamento de unidades, tal doutrina prejudica toda a sociedade, pois consumidores e agentes econômicos são levados a adquirir produtos mais caros e de menor qualidade, limitando seu acesso a tecnologias, insumos e equipamentos modernos, dificultando ganhos de produtividade e inibindo a capacidade de suas empresas de participar dos mercados globais.

É certo que o "[Custo Brasil](#)" contribui para a ineficiência e a baixa competitividade dos agentes produtivos. Combatê-lo exige o avanço de reformas que vem sendo debatidas há décadas com algumas propostas maduras e bem formuladas dependentes da boa vontade do Congresso diante da falta de convicção do executivo em liderá-las.

Contudo, este “Custo Brasil” é também composto, em parte significativa, por incentivos e subsídios, que transformaram nossas políticas em um conjunto de exceções onde os iguais têm tratamentos diferentes, multiplicando-se as chicanas burocráticas e a insegurança jurídica. E aqui é preciso reconhecer que situação na

qual nos encontramos deve-se igualmente à representação da indústria que atuou fortemente em favor das exceções e dos pleitos setoriais.

Perseguir apenas o mercado interno, quando devemos nos adequar à expansão internacional, é conflitante com o capitalismo empreendedor. Há algo de errado em não perceber que a ânsia de perpetuar um modelo ultrapassado, [leva ao desaparecimento](#), ainda que lento, de seus próprios representados, assemelhando-se aos episódios descritos por Barbara Tuchman em seu livro “A marcha da insensatez”, onde ações equivocadas provocaram consequências opostas às desejadas.

Não é de se estranhar, portanto, que a [relevância da indústria brasileira](#) venha caindo consistentemente há mais de 15 anos e que os setores mais afetados são justamente os de maior [conteúdo tecnológico](#). A exemplar saída da Ford do país mostra claramente a falência do modelo de subsídios e incentivos generosos, vigentes durante décadas, que afastou o setor da competição internacional, combustível essencial para a busca da inovação e da produtividade.

Entende-se, entretanto, que há caminhos alternativos para o surgimento de uma renovada indústria que conduza o país a uma nova etapa de desenvolvimento sustentável.

O tempo perdido será recuperado com uma mudança no rumo, iniciando-se pela aceitação de que a integração global não pode ficar à mercê da velha negociação, modelo toma lá dá cá. Mais especificamente, a redução tarifária deverá ser unilateral e atingir a média dos países da OCDE em horizonte predeterminado, sem a procrastinação embutida na estratégia de apenas contar com os grandes acordos comerciais para praticar tais reduções. Em paralelo, as agendas ambiental e de [combate às desigualdades](#) serão fundamentos do modelo econômico em substituição a políticas setoriais de menor amplitude.

No âmbito interno, a mudança de rumo passa pela realocação de recursos herdados da velha política industrial, de forma a privilegiar a inovação por meio de investimentos públicos e privados em CT&I (ciência, tecnologia e inovação), fazendo emergir novos negócios, onde produtos terão embarcados o componente de serviços, desenhados com o uso intensivo da tecnologia de informação e

comunicação, objetivando servir o mercado global. Uma das consequências será a de não mais patrocinar setores que não têm competitividade para prosperar neste cenário.

O Brasil precisa, para tanto, de líderes em todas as suas dimensões, pessoas que ajudem a conduzir o país para o lado certo, que compreendam a integração de gestão com política, de desenvolvimento sustentado com ciência e educação, de democracia com bem-estar, de criação de riqueza com oportunidades, distribuição de renda e redução de desigualdades.

E precisa igualmente de empresários que escolham e acompanhem seus representantes de forma criteriosa, deles exigindo posicionamentos que indiquem o rumo do crescimento sustentável, para além dos interesses de cada um, tendo claro que as mudanças deixarão vítimas. No caso da entidade paulista, com um novo presidente que conhece bem estes temas, cria-se uma expectativa de novas posturas.

Tudo isso é tarefa difícil. Requer determinação, coragem, compromisso com o país e com a qualidade de vida do nosso povo. É a agenda que traduz o Brasil moderno, que reacende a esperança de um povo machucado por anos de estagnação.

Horácio Lafer Piva, Pedro Passos e Pedro Wongtschowski são membros, respectivamente, dos conselhos de administração da Klabin, da Natura&Co e da Ultrapar